



## DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: REVISÃO DA LITERATURA

Graciele Nóbrega Nascimento<sup>1</sup>  
Maria Clara Lino Justino<sup>2</sup>  
Thamara Rodrigues de Melo<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho visou analisar os desafios a implementação das práticas integrativas e complementares. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão da literatura, conseguida pelas bases de dados SciELO e Lilacs, com artigos publicados no período de 2018 a 2020. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares foi uma grande avanço para implementação das Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. No entanto apesar disto o campo dessas práticas ainda são pouco exploradas e estudadas. Nesta visão foram analisados desafios a implementação das práticas no cuidado a saúde e tratamento de paciente, visto que as práticas integrativas e complementares são excelente auxílio a tratamentos de diversas situações clínicas. Demonstrando assim, reflexões acerca das principais desafios, bem como uma gestão eficiente e novos estudos nesta área.

**Palavras-chave:** Práticas integrativas e complementares, Terapia complementares, Atenção à saúde, Prática Integral de Cuidados de Saúde.

### INTRODUÇÃO

As práticas alternativas no Brasil vem se consolidando desde 1986 com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que deliberou em seu relatório final a introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde. Em 2006, o Ministério da Saúde (MS), em conjunto com outras instituições e atores sociais, com destaque para o Conselho Nacional de Saúde instruiu uma Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), a partir das diretrizes e recomendações de várias conferências nacionais de saúde e das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) (AMADO *et al.*, 2017).

No que diz respeito às diretrizes da PNPIC, atualmente há 29 Práticas Integrativas e Complementares (PICs) oferecidas, de forma integral e gratuita, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) que são: Apiterapia; Aromaterapia; Arteterapia; Ayurveda; Biodança; Bioenergética; Constelação familiar; Cromoterapia; Dança circular; Geoterapia; Hipnoterapia; Homeopatia; Imposição de mãos; Medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde;

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Farmácia do Centro Universitário Unifacisa - UNIFACISA, graciele.nascimento@maisunifacisa.com.br;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Farmácia do Centro Universitário Unifacisa - UNIFACISA, maria.clara.justino@maisunifacisa.com.br;

<sup>3</sup> Professora orientadora: Mestre, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, thamara.melo@maisunifacisa.com.br.



Medicina Tradicional Chinesa – acunputura; Meditação; Musicoterapia; Naturopatia; Osteopatia; Ozonioterapia; Plantas medicinais – fitoterapia; Quiropraxia; Reflexoterapia; Reini; Shantala; Terapia Comunitária Integrativa; Terapia de florais; Termalismo social/crenoterapia e Yoga. Evidências científicas têm mostrado os benefícios do tratamento integrado entre medicina convencional e práticas integrativas complementares, porém não substituem o tratamento tradicional (BRASIL, 2019).

As PICs compreendem a integralidade da relação saúde-doença e consideram o sujeito dentro de uma dimensão global, ainda valorizando sua individualidade, como os saberes populares que propõem maior empoderamento do usuário. Sabendo-se que a assistência complementar consiste em uma postura abrangente, muito mais que procedimentos médicos comuns, pois considera as questões sociais, culturais e emocionais, o que preceitua espaço para uma perspectiva multiprofissional e multidisciplinar (AGUIAR; KANAN; MASIERO, 2019).

As PICs têm ampliado o acesso da população ao cuidado, de forma multiprofissional, equalizando o acesso aos profissionais de saúde. A Atenção Primária à Saúde (APS), ao incorporar as PICs, se torna mais resolutiva para diversas condições, como as dores localizadas, as doenças crônicas não transmissíveis e a saúde mental. Além das condições de saúde, essas práticas ampliam a qualidade de vida da população, aprofunda o vínculo com o serviço, ressignificando a utilização da unidade de saúde e, ainda, empoderam os sujeitos no seu autocuidado valorizando seus saberes tradicionais (AMADO *et al.*, 2020).

Deve-se estimular a atuação das PICs em todas as suas áreas terapêuticas, sendo necessária revisar a agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde, para acrescentar uma sub-agenda de PICs, possibilitando assim a atuação de projetos financiados contemplando a grande variedade de práticas terapêuticas existentes. Revisar a PNPIC também se faz necessário afim de ampliar as práticas reconhecidas, abrindo assim oportunidade para algumas práticas terapêuticas pouco exploradas, possibilitando a população conhecer e se apoderar de terapêuticas que podem auxiliar no seu processo de saúde-doença e melhorar a qualidade de vida (SANT'ANA, 2016).

É perceptível os obstáculos como, falta de financiamento, o despreparo dos profissionais de saúde e interesses econômicos a implementação das PICs. Um dos maiores desafios para a inclusão dessas práticas no SUS é a integração dos saberes das práticas, pretendendo oferecer um melhor cuidado ao usuário, dando a este a oportunidade de decidir a melhor terapia para o seu tratamento. No entanto ainda há necessidade de ampliar a divulgação dos benefícios das PICs entre gestores e pacientes, para propiciar a ampliação do acesso e a qualificação dos



serviços na perspectiva da integralidade da atenção à saúde da população (ALVES; QUERINO, 2019).

Apesar das transformações do mundo contemporâneo, as PICs recentemente é ainda inexplorada em exercícios e estudos, se comparado a outras áreas da saúde. Assim, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão narrativa da literatura sobre as práticas integrativas e complementares enfatizando os desafios a sua implementação para o cuidado a saúde dos pacientes e auxílio ao tratamento farmacológico.

## **METODOLOGIA**

Para elaboração deste trabalho, adotou-se a metodologia a pesquisa bibliográfica exploratória, na modalidade de revisão narrativa, com uma síntese qualitativa dos trabalhos encontrados. Os artigos foram pesquisados manualmente, respeitando os princípios éticos durante a busca, bem como os direitos autorais e referências.

A partir do descritor “*Terapia complementar and desafios*” foram encontrados (09) artigos pela base do Lilacs e (01) na base do SciELO; Com o descritor “*Práticas integrativas e complementares and desafios*” foram encontrados (33) pela base do Lilacs e (18) na base do SciELO, e finalizando a busca, através do descritor “*Práticas integrativas and desafios*” foram encontrados (35) pela base do Lilacs e (18) na base do SciELO, resultando na obtenção de (77) artigos pelo Lilacs e (27) pelo SciELO, totalizando em (104) artigos.

Respaldando-se deste total foram selecionados os artigos pelos critérios de inclusão com os trabalhos publicados nos últimos 2 anos (2018-2020) e artigos publicados na língua portuguesa, permanecendo com (42) artigos, que em segunda instância foram descartados os trabalhos idênticos trabalhos idênticos e os escolhidos os por temas e resumos de maior relevância ao tema do trabalho, mantendo-se (18) artigos, os quais foram lidos na íntegra e designados pelos objetivos e resultados mais relevantes ao objetivo do trabalho, sendo eleito para esta revisão um total de (10) artigos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Quadro I apresenta os artigos selecionados para a revisão narrativa da literatura, com destaque aos desafios a implementação das práticas integrativas e complementares, utilizando os seguintes parâmetros como: Autores (1); Revista e ano de publicação (2); Tipo de estudo

(3); Objetivos (4) e, por fim, um resumo com os Principais resultados (5) dos dez artigos elegidos.

**Quadro 1.** Principais características dos artigos selecionados.

<b>Autores</b>	<b>Revista e ano de publicação</b>	<b>Tipo de estudo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Principais resultados</b>
HABIMORAD, P. H. J. <i>et al.</i>	Ciência e Saúde Coletiva, 2020.	Revisão narrativa da literatura.	Revisar e analisar as produções científicas, procurando identificar os principais temas abordados, as fragilidades e potencialidades de implantação da PNPIC.	Viabilização da formação e qualificação dos profissionais. Monitoramento e avaliação da política e revisão do escopo da PNPIC. Aprofundamento no conhecimento da PNPIC por profissionais, usuários e gestores. Disponibilização de recurso indutor pela PNPIC na defesa política nos conselhos de saúde e outras instâncias.
SILVA, G. K. F. <i>et al.</i>	Revista de Saúde Coletiva, 2020.	Pesquisa exploratória a qualitativa.	Análise da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Buscando apresentar reflexões acerca da proposta de uma política nacional de integração das PICs no SUS, como elementos de suas mudanças e permanências.	A não conquistar de espaço em pautas prioritárias da política de saúde brasileira. Regulamentação da política circunscrita à visibilidade e monitoramento da oferta de serviços. Falta de ações governamentais capazes de produzir impacto nas práticas sociais para contribuição a produção de mudanças no cuidado e no cotidiano dos serviços em saúde.
RUELA, L. O. <i>et al.</i>	Ciência e Saúde	Revisão integrativa	Analisar a implementação, o acesso e o uso das PICs	As PICs são oferecidas de forma incipiente no SUS e a escassez de dados sobre determinadas práticas



	Coletiva, 2019.	da literatura.	no SUS, por meio de revisão da literatura nacional publicada após a implantação da PNPIC.	mostram-se como uma limitação. Necessidade de novos estudos com abordagem das práticas complementares após a criação da PNPIC e o incentivo no aperfeiçoamento profissional.
BARROS, N. F.; SPADACIO, C.; COSTA, M. V.	Saúde Debate, 2018.	Transversal, qualitativo.	Analisar os potenciais e desafios do trabalho interprofissional com as PICs no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS).	Necessidade de desenvolver a colaboração e a integração entre diversos núcleos com certas alterações da dinâmica do trabalho em saúde e nos fazeres cotidiano do profissional com investimentos nas relações na equipe pela oferta das PICs nos serviços.
GONÇALVES, R. N. <i>et al.</i>	Revista da ABENO, 2018.	Exploratório e Reflexivo.	Discutir a inserção de PICs e seus reflexos na formação superior em Odontologia, os atuais desafios, possibilidades e potencialidades de inserção na atenção em saúde vigente no Brasil.	Capacitação de profissionais para desenvolver as práticas e, efetivamente, legitimá-las. Permitindo à população brasileira beneficiar-se das PICs como alternativas eficazes e de baixo custo para os cuidados em saúde.
MATOS, P. C. <i>et al.</i>	Cogitare Enferm., 2018.	descritivo e exploratório com abordagem qualitativa.	Analisar o conhecimento e as percepções de enfermeiros que trabalham na Atenção Primária de um município do sudeste goiano sobre as Práticas Integrativas e Complementares.	Evidenciou-se a necessidade de capacitação na graduação e em educação permanente, para utilizar as práticas como recurso de cuidado.
NASCIMENTO,	Trab. Educ. Saúde, 2018.	Quantitativo e descritivo.	Mapeamento e a análise da oferta de cursos e disciplinas em PICs em	A inserção integrada em cursos de saúde visando a interação e complementaridade entre saberes



M. C. <i>et al.</i>			IES públicas no Estado do Rio de Janeiro, e a identificação dos desafios a ampliação do ensino de PICs para a formação profissional em saúde.	distintos. Pouca informação organizada sobre a oferta de ensino em PICs, seja na graduação ou pós-graduação.
REIS, B, O.; ESTEVE S, L. R.; GRECO, R. M.	Rev. APS. 2018.	Revisão Integrativa da literatura.	Analisar a conjuntura da produção científica sobre PICs no Brasil, relacionando os achados com os avanços e desafios para a implementação das práticas no país.	Pequeno o incentivo em áreas socioeconomicamente desfavorecidas. Os desafios estão relacionados a obstáculos como, pouca formação profissional, má gestão do Sistema e concepções enraizadas na medicina alopática, que permanecem e dificultam a ampliação das PICs no país.
SANTOS, M. S. <i>et al.</i>	Rev Min Enferm., 2018.	Investigação avaliativa, com abordagem qualitativa.	Identificar avanços e desafios na PNPIC para a promoção da saúde de idosos.	Desafios mais citados foram a oferta de cursos para os orientadores das práticas. Sugerindo a ampliação da avaliação da PNPIC para a promoção da saúde, e o envolvimento de outras práticas integrativas e novos sujeitos comprometidos com a implementação da PNPIC, como gestores e usuários.
SOUSA, L. A.; BARROS, N. F.	Rev. Latino-Am. Enfermagem, 2018.	Revisão da Literatura.	Revisar os avanços e desafios as Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde	Falta decoordenação nacional oficial da Política no âmbito do Ministério da Saúde e pela inexistência de dotação orçamentária para a sua implantação e implementação. Numero de pesquisas limitados



				para estudo e comprovação das práticas.
--	--	--	--	---

Fonte: Pesquisa direta, 2020.

Considerando o quadro acima foi possível compreender as principais dificuldades para a implementação das PICs frente a promoção a saúde dos paciente, assim foram ditas a falta de capacitação dos profissionais e estudantes de cursos da área da saúde, destacando também os poucos estudos sobre as PICs, a falta de investimentos e ampliação das PICs e o monitoramento e a avaliação da PNPIC.

No Brasil, encontra-se, em geral, um desconhecimento em relação à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Mantendo-se assim baixo o acesso desses recursos terapêuticos, que requerem a presença de um profissional capacitado, cujo são escassos. Os profissionais convivem em um meio de resistências e ausência de embasamento científico e divulgação das informações, além da falta de clareza na políticas públicas. Denota-se que, após a formação, grande parte dos profissionais não tem o apoio a divulgação, incentivo e capacitação para a abertura a outros recursos e práticas em saúde por parte da gestão, impondo então além da necessidade de formação dos profissionais de saúde a ampliação das práticas desta área, para o cuidado em saúde (CRUZ; SAMPAIO, 2016).

Obstáculos como, a fragilidade quanto à disseminação de informações da temática diante da PNPIC, em especial, suas ações, adesão e capacitação tanto pelos profissionais de saúde quanto gestores e a falta de articulação entre os gestores em saúde municipais, federais e estaduais e os das unidades de atenção básica com relação às PICs, são usualmente comentados. Outro fato discutido é a falta de interesse e disposição para o fornecimento das PICs na UBS, cujo pode ser solucionado com reuniões que abordem a temática na unidade, tanto para os profissionais de saúde quanto para população beneficiada pelos serviços, se não houver cooperação e esforço as PICs permanecerão invisíveis neste cenário. (PLÁCIDO *et al.*, 2019).

Os desafios a implementação da PICs relacionados à capacitação contínua, tem o objetivo de atender a demanda de modo qualificado e resolutivo, além do incentivo dos membros da equipe de saúde, ao apoio aos profissionais não médicos e médicos, como a percepção e a compreensão das perspectivas das PIC. É expressivo o número de profissionais que afirmam não ter tido acesso a nenhum conteúdo de PICs durante sua formação e nunca ter recebido nenhuma capacitação/curso sobre o tais. A introdução do tema PICs é algo essencial desde a graduação, e pode ser realizada por meio de diferentes estratégias de ensino como,



conbracis

IV Congresso  
Brasileiro de  
**CIÊNCIAS** da  
**SAÚDE**

Saúde Populacional:  
Metas e Desafios  
do Século XXI

ISSN 2525-6696

www.conbracis.com.br

palestras, cursos teóricos, disciplina optativa, inserção de disciplina no currículo e o incentivo às pesquisas. Entretanto sabe-se também da importância da valorização das práticas por parte da gestão, para uma verdadeira inclusão das PICs de forma expansiva a diversidade de práticas contempladas na PNPIC. Contudo, com o passar do tempo, pode haver maior qualidade de atendimento nos serviços, visto que a maioria das práticas necessita de baixo custo operacional e apresenta resultados rápidos e satisfatórios (CARVALHO; NÓBREGA, 2017).

As disponibilizações de capacitações visam além da formação à ampliação das PICs. Essa ampliação pode ser acometida por divulgação dos encontros e extensão dos convites para mais profissionais, docentes e participação da comunidade para a prática. Ainda pode-se propor a criação de uma disciplina optativa que tenha como tema central as PICs na universidade e o estabelecimento de uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde que permita a implementação das PICs como Estratégia Saúde da Família (ZANELLA *et al.*, 2018).

Inserir as PICs na atenção primária à saúde é reconhecer o pluralismo terapêutico para o manejo terapêutico com a integralidade da atenção. Apesar das diversas publicações do Ministério da Saúde para expansão e ampliação do escopo de práticas reconhecidas, as recomendações em portarias são insuficientes para o desenvolvimento e fortalecimento da política, além dessa ampliação não haver uma institucionalização e sustentabilidade por parte da política. As principais consequências da não institucionalização são a fragilidade e a instabilidade da oferta, além da dificuldade de realizar o adequado monitoramento e avaliação para garantir segurança e qualidade. Sendo a prática implantada, financiada e desenvolvida pelos profissionais, sem apoio da gestão, no momento em que esse profissional deixa o serviço ou por algum motivo interrompe a oferta, a prática deixa de ser ofertada, caracterizando uma política de “pessoas” e não de Estado (BARBOSA *et al.*, 2020).

O cuidado das PICs, de acordo com CANTATORE *et al.* (2015), está no acolhimento da pessoa adoecida, sendo que seu cuidado se estende além da discriminação patológica e da intervenção técnica a um problema pontual precisamente localizado. A humanização do cuidado, a qual envolve o respeito na recepção, no atendimento até a limpeza e conforto dos ambientes dos serviços de saúde, que tornam por base o conceito de integralidade. O trabalho em equipe no contexto da APS se configura como estratégia para avançar na perspectiva do cuidado integral, bem como para ampliar a resolutividade nos demais níveis de atenção no Sistema Único de Saúde (BARROS; SPADACIO; COSTA, 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), recomendou a necessidade de ampliar as pesquisas científicas, supondo que este aumento, conseqüentemente, levaria à ampliação da



adoção das PIC nos serviços públicos de saúde. Assim sendo essencial despertar a busca integral do potencial transformador compreendido na PNPIC, demonstrando seus benefícios transformadores antes desconhecidos (CONTATORE, et al. 2015).

Apesar da grande diversidade de PICs em uso, há pouca pesquisa sobre sua oferta no SUS e na APS. Sua aceitação crescente no mundo e no Brasil parece incontestável, porém seu potencial de contribuições ao cuidado na APS ainda é pouco explorado. A sua presença nas graduações da área da saúde no Brasil é incipiente, gerando relativa ignorância na maioria dos profissionais em especializações nas práticas disponíveis (TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

A implantação de instrumento direcionado ao monitoramento das ações de PICS é de grande importância na superação de diversas lacunas, tanto no que se refere à qualificação da informação inerente, considerada escassa e pouco adequada às necessidades requeridas no planejamento e no redirecionamento de ações do campo, assim como na institucionalização dessa ferramenta no serviço público de saúde. No entanto as ferramentas de monitoramento ainda são pouco exploradas, em seu potencial de uso, pelas organizações de saúde, necessitando investimentos na sua implementação, para contribuições significativas como a melhoria na qualidade dos serviços, ao delinear possíveis soluções e reorganizar suas atividades (CAZARIN *et al.*, 2017)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As PICs são ótimos recursos terapêuticos para a ação de ampliação de acesso e qualificação dos serviços, em especial no SUS. Apesar de atualmente existirem uma grande diversidade desses recursos, apresentam variáveis necessidade para a sua implementação.

Na maioria dos estudos avaliados, a PNPIC que representa uma porta de acesso às PIC, é desconhecida. Sendo assim é de suma importância uma gestão eficiente no tocante ao investimento no setor da educação permanente de profissionais de saúde em especializações nas PIC, para melhoria na qualidade dos serviços com a sensibilização de gestores e coordenadores no âmbito do cuidado e promoção a saúde.

Em especial, recomenda-se que novos estudos sejam realizados visando um maior perfil de cobertura acerca do grau de atuação dos profissionais as PIC no cuidado do paciente assim como análises estratégicas no tocante da implantação e à implementação como formas de cuidado e terapia.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.; KANAN, L. A.; MASIERO, A.V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde Debate**. v. 43, n. 123, p. 1205-1218, 2019.

ALVES, C. B. M.; QUERINO, R. A. Práticas Integrativas e Complementares de saúde em Uberlândia, Minas Gerais: o processo de implantação na perspectiva dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. v. 15, n. 32, p. 149-163, 2019.

AMADO, D. M. *et al.* Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde 10 anos: avanços e perspectivas. **Journal of Management and Primary Health Care**. v. 2, n. 8, p. 290-308, 2017.

AMADO, D. M. *et al.* Práticas integrativas e complementares em saúde. **APS EM REVISTA**. v. 2, n. 3, p. 272-284, 2020.

BARBOSA, F. E. S. *et al.* Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. **Caderno Saúde Pública**. v. 1, n. 36, 2020.

BARROS, N. F.; SPADACIO, C.; COSTA, M.V. Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. **Saúde Debate**. v. 42, p. 163-173, 2018.

BRASIL. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Práticas Integrativas. **Ministério da Saúde**. 2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pics/praticasintegrativas>. 11, de setembro, 2020.

CARVALHO, J. S.; NÓBREGA, M. P. S. S. Práticas integrativas e complementares como recurso de saúde mental na Atenção Básica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. v. 4, n. 38, p. 2017-3014, 2017.

CAZARIN *et al.* Monitoramento das Práticas Integrativas e Complementares em Minas Gerais: a utilização de um instrumento de apoio aos sistemas de informação. **J Manag Prim Heal Care**. v. 8, n. 2, p. 278-289, 2017.

CONTATORE, O. A. *et al.* Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência e Saúde**. v.10, n.20, p.3263-3273, 2015.

CRUZ, P. L. B.; SAMPAIO, S. F. As práticas terapêuticas não convencionais nos serviços de saúde: revisão integrativa. **Revista de Atenção Primária à Saúde**. v. 3, n. 19, p. 483 - 494, 2016.

DAVID, N. S. R. P. **Autoavaliação integrativa da gestão do cuidado: sentidos e significados das pics em nísia floresta**. Orientadora: Profa. Dra. Ana Tania Lopes Sampaio. Trabalho de Conclusão de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2016.



GONÇALVES, R. N. *et al.* Práticas Integrativas e Complementares: inserção no contexto do ensino Odontológico. **Revista da ABENO**. v.2, n.18, p.114-123, 2018.

HABIMORAD, P. H. L. *et al.* Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. **Ciência e Saúde**. v.2, n.25, p.395-405, 2018.

MATOS, P. C. *et al.* Práticas integrativas complementares na atenção primária à saúde. **Cogitare Enfermagem**. v. 2, n. 23, 2018.

NASCIMENTO, M. C. *et al.* Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. **Trab. Educ. Saúde**, v. 16, n. 2, p. 751-772, 2018.

PLÁCIDO, A. L. *et al.* Percepção dos Gestores das Unidades Básicas de Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares. **Rev. Mult. Psic.** v.13, n. 43, p. 465-472, 2019.

REIS, B.O.; ESTEVES, L. R.; GRECO, R. M. Avanços e desafios para a implementação das práticas integrativas e complementares no Brasil. **Revista de Atenção Primária à Saúde**. v.3, n.21, p.355 - 364, 2018.

RUELA, L. O. *et al.* Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. **Ciência e Saúde**. v.11, n.24, p. 4239-4250, 2018.

SANT'ANA, V. **Análise do Fomento do SUS à Produção Científica em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (2002 a 2014): Contribuições da Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde**. Orientadora: Profa. Dra. Priscila Almeida Andrade. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Ceilândia da Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2016.

SANTOS, M. S. *et al.* Práticas integrativas e complementares: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos. **Rev Min Enferm**. v.22, 2018.

SILVA, G. K. L. *et al.* Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. **Revista de Saúde Coletiva**. v. 30, n.1, 2020.

SOUSA, L.A.; BARROS, N.F. Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde: avanços e desafios. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. n. 26, 2018.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C.; NASCIMENTO, M. C. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. **Saúde Debate**. v. 42, p.174-188, 2018.

ZANELLA, A. K. *et al.* Proposta de intervenção ensino-serviço de Práticas Integrativas e Complementares. **Revista de Ciências da Saúde**. v. 30, n. 1, 2018.